

A INCLUSÃO DA LITERATURA DE AUTORIA FEMININA LATINO-AMERICANA NAS AULAS DE ELE: UM DESAFIO CONTEMPORÂNEO

THE INCLUSION OF LATIN AMERICAN WOMEN LITERATURE IN CLASSES OF SPANISH AS A FOREIGN LANGUAGE (SFL): A CONTEMPORARY CHALLENGE

Isis Milreu*

Resumo: Nas últimas décadas houve um aumento significativo de livros publicados por escritoras na América Latina, fato que desencadeou a hipótese de que estaríamos vivenciando um novo boom literário em nosso continente. Porém, diferentemente do primeiro, este seria protagonizado por mulheres. Apesar da qualidade estética de muitas destas obras serem reconhecidas por seus pares e terem uma boa recepção em seu país, notamos que a circulação destas publicações ainda é restrita em outras partes da América Latina e quase não estão presentes nas salas de aula. Acreditamos que é necessário inserir a leitura desta escritura no ensino de ELE, promovendo sua visibilidade. Desse modo, o presente trabalho se propõe a examinar esta problemática e sinalizar algumas possibilidades de escolarização da literatura produzida por escritoras latino-americanas. Para realizar nosso estudo utilizamos os seguintes pesquisadores: Esteves (2012), Guardia (2013), Guerra (2007), Leite (1983), Martínez (2001), Perrone-Moisés (2016), Zilberman (2016) e Zolin (2005), entre outros.

Palavras-chave: Ensino de literatura e de espanhol. Literatura feminina. América Latina.

Abstract: In recent decades there has been a significant increase in books published by women writers in Latin America, a fact that raised the hypothesis that we would be experiencing a new literary boom in our continent. However, unlike the first, it would be carried out by women. Despite the aesthetic quality of these works has been recognized by their peers, and has had a good reception in their country, it is noted that the circulation of these publications is still restricted in other parts of Latin America and are hardly present in the classrooms. We believe that it is necessary to insert the reading of this type of writing in the teaching of SFL, promoting its visibility. Thus, the present work aims to examine this problem and point out some possibilities of using this kind of literature in school. In order to conduct our study, we based our assumptions on the following researchers: Esteves (2012), Guardia (2013), Guerra (2007), Leite (1983), Martínez (2001), Perrone-Moisés (2016), Resende (2005), Zilberman (2016) and Zolin (2005), among others.

Keywords: Teaching of literature and Spanish. Female Literature. Latin America.

Algumas palavras sobre o novo *boom* latino-americano e o ensino de ELE

Ao analisarmos o rol de publicações literárias na América Latina é visível o aumento da oferta de obras de autoria feminina nas últimas décadas. Paula Garroto reflete sobre esta questão no artigo “El otro ‘boom’ latinoamericano es femenino”, publicado no jornal *El País*, em 2017. Nele, a jornalista aponta o atual crescimento de livros de escritoras latino-americanas e sinaliza o seu reconhecimento devido aos prêmios e críticas favoráveis que muitos desses escritos têm recebido ultimamente. Em seu texto, Garroto (2017) também recolhe algumas opiniões sobre este fenômeno, principalmente, de jovens autoras. Uma delas é a escritora chilena Paulina Flores,

* Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista. Graduação em Letras, com habilitação em Português/Espanhol/Francês pela referida instituição. Atualmente é professora de literaturas hispânicas da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Coordenadora do Curso de Letras-Espanhol da mencionada universidade e professora permanente do Programa de Pós-graduação em Linguagem e Ensino da referida instituição. Email: imilreu@gmail.com



segundo a qual o referido ‘boom’ está relacionado com a recente política editorial que abriu mais espaço para as obras de autoria feminina. Por sua vez, a escritora mexicana Laia Jufresa pondera que não devemos nos alegrar muito por essa conquista porque ainda há um longo caminho para percorrer nesta seara. Explica que os livros escritos por mulheres são menos publicados, resenhados e traduzidos do que aqueles lançados por homens. Acrescenta que as obras das autoras contemporâneas latino-americanas podem ter uma boa circulação em seus países e até na Espanha, mas que, em geral, não são difundidas nas demais partes da América Latina.

Portanto, trata-se de uma problemática que está em pauta na contemporaneidade e que merece ser analisada mais detidamente, particularmente, no âmbito educacional. No caso das aulas de Espanhol Língua Estrangeira (ELE), percebemos, através de relatos de professores, alunos e estudiosos, que a literatura escrita por mulheres raramente está presente nas salas de aula tanto na educação básica quanto no ensino superior. Para ilustrar esta situação examinamos o rol dos livros selecionados pelo Programa Nacional do Livro Didático Literário (PNLD) 2018 e constatamos que há várias obras de autoras brasileiras, mas só encontramos uma representante da Hispano-américa: Rigoberta Menchú. Esta situação se repete nos livros didáticos de espanhol, uma vez que há poucos textos de escritoras presentes nestes manuais. Desse modo, é preciso encontrar alternativas para incluir a literatura de autoria feminina latino-americana em nossas escolas.

Acreditamos que o ensino de espanhol deve ser baseado na interculturalidade, a qual pode ser definida como

[...] interacción, solidaridad, reconocimiento mutuo, correspondencia, derechos humanos y sociales, respeto y dignidad para todas las culturas... Por tanto, podemos entender que la interculturalidad, más que una ideología (que también lo es), es percibida como un conjunto de principios antirracistas, antisegregadores y con un fuerte potencial de igualitarismo. La perspectiva intercultural defiende que si conocemos la manera de vivir y pensar de otras culturas, nos acercaremos más a ellas. (GARCÍA MARTÍNEZ, 2007, p. 134)

Verificamos que esta concepção nos possibilita pensar o ensino de espanhol de uma maneira ampla, abarcando distintos vieses: político, filosófico e ideológico. Nesse sentido, consideramos fundamental que os estudantes entrem em contato com a literatura produzida pelas mulheres de nosso continente e tenham acesso a esse importante patrimônio artístico. Desse modo, ao conhecerem a literatura produzida por escritoras de diferentes nacionalidades promove-se a interculturalidade, possibilitando que os estudantes possam se aproximar de outras culturas e possam contrastá-las com a sua cultura. Pensamos que as obras de autoria feminina precisam estar presente nas salas de aula de espanhol, dado que estas leituras podem contribuir não só para o crescimento intelectual de nossos aprendizes, mas também para o desenvolvimento de princípios importantes como o respeito à diferença e a solidariedade, entre outros. Afinal, através de sua aproximação com outras culturas, os alunos poderão conhecer outros modos de viver e de conceber o mundo, bem como (re) descobrir sua identidade latino-americana.

Tendo em vista estas considerações nos propomos a refletir sobre esta problemática e apontar algumas sugestões para a inclusão da literatura produzida por autoras de nosso continente nas aulas de ELE. Nosso estudo está dividido em quatro partes. Na primeira, sintetizamos a história da literatura feminina latino-americana.

Depois examinamos sua relação com o cânone. A seguir, discutimos alguns problemas do ensino de literatura na atualidade. Por último, apresentamos duas possibilidades de abordagem dessa escritura nos diversos níveis de ensino.

Brevíssimo panorama da literatura latino-americana de autoria feminina

No livro *Mujer y escritura. Fundamentos teóricos de la crítica feminista*, publicado em 2008, Lucía Guerra afirma que até a década de 1970 havia um preconceito velado contra a literatura escrita por mulheres na cultura ocidental. Guerra (2008) relembra que muitas autoras tiveram que usar pseudônimos masculinos ou recorrer ao anonimato para que suas obras fossem publicadas. Também assinala que a crítica, em geral, ignorava a literatura escrita por mulheres e que os seus textos eram avaliados por parâmetros estabelecidos pelos homens. Para a estudiosa, essa situação começou a mudar no final da década de 1960 com o surgimento de um novo movimento feminista nos Estados Unidos da América e na França.

Em “Literatura de autoria feminina”, Lúcia Osana Zolin (2005) explica que a crítica feminista foi gerada no contexto do feminismo nos anos de 1970. De acordo com a estudiosa, muitos historiadores da literatura se ancoraram na bandeira do feminismo e “[...] começaram a resgatar e a reinterpretar a produção literária de autoria feminina, numa atitude de historicização que se constituiu como resistência à ideologia que historicamente vinha regulando o saber sobre a literatura.” (ZOLIN, 2005, p.275). Desse modo, inicia-se o processo de revisão dos paradigmas cujo resultado é a gradativa territorialização da mulher no espaço literário. Consequentemente, a tradicional concepção do cânone literário é questionada, visto que

[...] sempre foi constituído pelo homem ocidental, branco, de classe média/alta; portanto, regulado por uma ideologia que exclui os escritos das mulheres, das etnias não-brancas, das chamadas minorias sexuais, dos segmentos sociais menos favorecidos, etc. Para a mulher inserir-se nesse universo, foram precisos uma ruptura e o anúncio de uma alteridade em relação a essa visão de mundo centrada no logocentrismo e no falocentrismo. (ZOLIN, 2005, p.275).

O fragmento explicita que a inserção das escritoras no ambiente literário foi (e continua sendo) um processo complexo, dado que está interligado à desconstrução da ideologia patriarcal. Zolin (2005) destaca que esta mudança é recente e se relaciona com o novo lugar que foi conquistado pela mulher na sociedade através dos movimentos feministas. Nesse sentido, a estudiosa defende que é fundamental o “[...] resgate da produção literária de autoria feminina, relegada ao esquecimento pela tradição canônica sob o pretexto de consistir numa produção de baixo valor estético em face da chamada alta literatura de autoria masculina.” (ZOLIN, 2005, p.276). A pesquisadora esclarece que no Brasil este trabalho de revisão crítica tem revelado muitas obras de escritoras do século XIX que haviam sido excluídas dos manuais de historiografia literária, apesar da qualidade estética de suas obras. Acrescenta que

Tendo detectado o fato de que a mulher sempre fora produtora de uma literatura própria, embora esta tenha permanecido por tanto tempo no limbo, críticos (as) feministas, ao desempenharem a função de fazê-la emergir, reinterpretando-a e revisando os mecanismos dos pressupostos teóricos que a marginalizaram, têm-lhe perscrutado a trajetória com o objetivo de descrevê-

la, dando a conhecer suas marcas, suas peculiaridades em cada época específica. (ZOLIN, 2005, p.277).

A citação assinala um significativo avanço nos estudos literários, uma vez que atualmente a produção literária feminina começa a ganhar uma considerável visibilidade, a qual lhe foi negada em períodos anteriores, através de inúmeras pesquisas realizadas em nosso país. Cabe frisar que este movimento de resgate também ocorreu em outras partes da América Latina.

No artigo “Literatura e escrita feminina na América Latina”, Sara Beatriz Guardia (2013, p.16) assinala os momentos constitutivos da literatura escrita por mulheres em nosso continente. Segundo a estudiosa, a precursora desta escritura foi a mexicana Soror Juana Inés de la Cruz (1648-1695), a qual questionou “[...] as normas da sociedade e da Igreja daquela época. Advogou pelo direito das mulheres à educação e ao desenvolvimento intelectual, a liberdade de expressar sua criatividade e sensibilidade [...]” (GUARDIA, 2013, p.17). Por isso, alguns pesquisadores consideram que Soror Juana foi a primeira feminista latino-americana embora reconheçam que o feminismo só tenha sido constituído enquanto movimento organizado no século XX.

A crítica também aponta que várias freiras escreveram na época colonial. Durante este período predominou a escritura autobiográfica que era controlada pelos confessores e guias espirituais. Informa que os únicos textos de provável autoria feminina fora desta literatura conventual são anônimos: “Discurso en Loor de la Poesía” (1608) e “Carta poética Epístola de Amarilis a Abelardo” (1621). Opina que neles o feminino encontra-se hierarquicamente subordinado ao masculino.

Guardia (2013) registra que no século XIX, após a obtenção da independência da Espanha, houve várias mudanças sociais que revalorizaram o papel da educação feminina na América Latina. Para a autora, isso possibilitou que “[...] surgisse uma singular presença feminina na literatura, revistas dirigidas e escritas por mulheres, e a formação de clubes literários em que se debatiam os problemas da época.” (GUARDIA, 2013, p.18). Ressalta que “[...] não foi fácil romper o silêncio para as escritoras latino-americanas do século XIX, em um clima de intolerância e hegemonia do discurso masculino ainda era bastante denso.” (GUARDIA, 2013, p.18).

A estudiosa ainda lista algumas autoras que se destacaram neste período: Gertrudis Gómez de Avellaneda (1814-1873), Juana Manuela Gorriti (1818-1892), Maria Firmina dos Reis (185-1917), Mercedes Cabello de Carbonera (1845-1909), Lindaura Anzoátegui (1846-1898), Clorinda Matto de Turner (1858-1909) e Adélia Zamudio (1854-1928). Para a crítica, “Excluídas e marginalizadas do sistema de poder, essas escritoras outorgaram voz aos desvalidos, excluídos, questionando as relações inter-raciais e de classe.” (GUARDIA, 2013, p.18). Notamos que a citação assinala algumas características da literatura de autoria feminina dessa época. A crítica também sustenta que “[...] a literatura escrita pelas mulheres ao final do século XIX pode ser lida como uma nova identidade baseada na integração da mulher à vida social e econômica, e a integração da comunidade indígena liberada dos abusos aos que era submetida.” (GUARDIA, 2013, p. 21). Dessa maneira, ela indica uma chave de leitura para esta fase da produção literária feminina latino-americana.

A pesquisadora assinala que o início do século XX foi marcado pela Primeira Guerra Mundial e pelo triunfo da Revolução Russa. Guardia (2013, p.21) registra que as mulheres que escreveram “[...] neste período de transição do final do modernismo e desenvolvimento do vanguardismo expressaram um mundo interior pleno de intensidade lírica, posto sem temor nem vergonha de serem mulheres, de se sentirem

artistas e livres.” Entre as autoras desta etapa, a estudiosa elenca Alfonsina Storni (1892-1938), Delmira Agustini (1886-1914), María Luísa Bombal (1910-1980), María Antonieta Rivas Mercado (1900-1931), Gabriela Mistral (1889-1957), Magda Portal (1900-1988), Juana de Ibarborou (1892-1979), Flora de Oliveira Lima (1863-1940), Teresa del Parra (1880-1936), Victoria Ocampo (1890-1979), Zoila Aurora Cáceres Moreno (1877-1958), Renée Méndez Capote (1901-1989), Sofía Ospina de Navarro (1892-1976), Nellie Campobello (1909-1986), María Nieves y Bustamante (1865-1947), Catalina D’Erzell (1891-1950), Amalia de Castillo Ledón (1898-1986), María Luisa Ocampo (1900-1974), Magdalena Mondragón (1913-1989) e Julia Guzmán (1906-1977).

A crítica também lista as principais escritoras que começaram a publicar após 1930. Neste rol encontram-se Rosario Castellanos (1925-1974), Antonia Palacio (1904-2001), Sara María Larrabure (1921-1961), Elena Garro (1920-1998), Enriqueta Ochoa (1928-2008), Luisa Josefina Hernández (1928), Patrícia Galvão (1910-1962) e Raquel de Queiroz (1910-1962). Além disso, enumera as autoras que se destacaram a partir dos anos de 1970: Blanca Varela (1926-2009), María Emilia Cornejo (1950-1972), Alejandra Pizarnik (1936-1972), Clarice Lispector (1920-1977), Fanny Buítrago (1945-), Laura Antillano (1950-), Helena Parente Cunha (1930-), Lygia Fagundes Telles (1923-), Nélide Piñon (1937-), Elvira Foepfel (1923-1998), Rosario Ferré (1938-2016), Teresa Porzecanski (1945-), Leilah Assunção (1943-) e Carolina Maria de Jesus (1914-1977). Depois de apresentar este painel, a pesquisadora explica que

Na década de 1980 a literatura feminina já não é o gueto dos anos anteriores, as mulheres figuram nas antologias literárias da América Latina, e se publica uma profusão de livros com trabalhos críticos sobre sua escrita com diversos enfoques em um espaço diferente e alternativo, em que o privado subverte o público. A incorporação de assuntos até então considerados masculinos e o distanciamento de uma temática romântica e testemunhal abrem caminho a novas formas de expressão. (GUARDIA, 2013, p.30).

Como representantes desta etapa, a crítica cita Sílvia Molloy (1938-), Marta Traba (1930-1983), Silvina Bullrich (1915-1990), Beatriz Guido (1922-1985), Martha Lynch (1925-1988), Cristina Peri Rossi (1941-), Luisa Valenzuela (1938-), Pilar Dughi (1956-2006), Reina Roffé (1951-), Carmen Ollé (1947-), Martha Mercader (1926-2010), Rigoberta Menchú (1959) e Gioconda Belli (1948). Guardia (2013, p.32) ressalta que

Nos anos de 1990 foram produzidas mudanças transcendentais na América Latina, uma nova configuração dos espaços sociais e culturais, a consolidação de organizações feministas e de organizações populares de mulheres, assim como a inclusão crescente da mulher no mercado do trabalho, o que provocou mudanças na família e um novo imaginário coletivo.

Para a pesquisadora estas transformações influenciaram algumas escritoras latino-americanas desta época, como Ana Teresa Torres (1944-), Carmen Boullosa (1954-), Tununa Mercado (1939-) e Laura Riesco (1940-). Contudo, sustenta que

[...] o fato mais relevante dos anos noventa foi o boom da literatura escrita por mulheres na América Latina, expressa em quatro romances: *La casa de los espíritos* (1982), de Isabel Allende (Chile, 1942-), *Arráncame la vida* (1986) de Ángeles Mastreta (México, 1949-), *Como agua para chocolate*

(1989) de Laura Esquivel (México, 1950-); y *Nosotras que nos queremos tanto* (1991), de Marcela Serrano (Chile, 1951-). (GUARDIA, 2013, p.33).

Cabe frisar que os três primeiros romances foram adaptados para o cinema, elemento que colaborou com a visibilidade destas obras e, conseqüentemente, com a divulgação da literatura feminina latino-americana, corroborando a hipótese do mencionado boom. No entanto, apesar de registrar o referido avanço, a estudiosa nos alerta que há na primeira década do século XXI uma maior “[...] intolerância quanto às diferenças culturais, religiosas e étnicas, nas quais a exclusão e a marginalidade abrangem maiores setores da sociedade. A expressão da subjetividade é cada vez mais negada e tudo parece despersonalizar-se individual e coletivamente.” (GUARDIA, 2013, p.34). Em sua opinião, este é o grande repto de nosso século e defende que

É necessário dar respostas aos silêncios, examinar os discursos daqueles que disseram muito e nada sobre o matrimônio, a maternidade, o corpo feminino, o espaço íntimo e o espaço público, na construção de uma subjetividade confrontada a novas formas de relação social. E estimular uma consciência de alteridade em defesa de nossa identidade cultural e histórica latino-americana, contra uma civilização negadora da diversidade e da diferença cultural. (GUARDIA, 2013, p.34).

Pensamos que as instituições de ensino não podem se furtar a esse importante desafio contemporâneo. Entendemos que um dos caminhos para promover a mencionada conscientização é a inserção da leitura da literatura latino-americana nos espaços escolares, particularmente, a de autoria feminina. Para isso, um passo importante é conhecer a paulatina valorização das escritoras, conforme veremos a seguir.

Reflexões sobre o cânone e os prêmios literários

Quando examinamos a relação das escritoras de nosso continente com o cânone, verificamos que apenas Gabriela Mistral (1945) ganhou o Prêmio Nobel de Literatura, sendo que foram laureadas 14 mulheres em 114 anos desta premiação. Este quadro também não é muito animador ao analisarmos os resultados do prêmio Cervantes que vigora há 40 anos. Durante este período somente 5 mulheres foram contempladas: María Zambrano (1988), Dulce María Loynaz (1992), Ana María Matute (2010), Elena Poniatowska (2013) e Ida Vitale (2018). Cabe frisar que esta premiação foi ofertada para duas escritoras espanholas, uma cubana, uma mexicana e uma uruguaia, indicando uma pluralidade cultural limitada, se pensarmos na composição da América Latina.

Também vale a pena citarmos o prêmio Casa de las Américas, inaugurado em 1960, o qual engloba diferentes categorias. Entre os anos de 1960 a 1999 foram condecoradas as seguintes autoras: Dora Alonso, Belkis Cuza Malé, Daura Olema, Marta Traba, Liliana Heker, Tununa Mercado, Aída García Alonso, María Esther Gilio, Filomena Grieco, Magali García Ramis, Laura Devetach, Beatriz Doumerc, Nersys Felipe, Ana María Ramb, Julia Calzadilla, Gioconda Belli, Claribel Alegría, María Gravina Telechea, Enid Vian, Ana María Machado, Lourdes Casal, Ana Lydia Vega, Dinorah do Valle, Rigoberta Menchú/Elizabeth Burgos, Ligia Chiappini Moraes Leite, Reina María Rodríguez, Julia Calzadilla, Silvia Graciela Schujer, Cristina Rodríguez Cabral, Isidora Aguirre, Marlene Nourbese Philip, Rachel Beauvoir y Didier Dominique, Graciela Scheines, Susana Rotker, Liliana Bellone, Begoña Huertas,

Guiomar de Crammont, Marion Bethel, Lucía Guerra, Marilyn Bobes, Nicole Cage-Elorentiny, Angela Leite de Souza, Sonia Rivera-Valdés, Daisy Rubiera Castillo, Reina María Rodríguez, Lourdes Tomás Fernández de Castro e Cecy Fernandes de Assis.

A partir de 2000 receberam o mencionado galardão: Beatriz Sarlo, Celina Manózi, Oonya Kempadoo, María del Carmen Barcia, Júnia Ferreira Furtado, Camille Montoussamy, Carmiña Navia Velasco, Anacristina Rossi, Marilyn Bobes, Teresa Cárdenas Angulo, Idea Vilariño, Ana Quiroga, Araceli Tinajero, Susana Silvestre, Lourdes González Herrero, Julieta Leo Almaguer, Edda Fabbri, Ana Maria Gonçalves, María Lourdes Cortés, Laura Yasan, Elena Cabrejas, Samanta Schweblin, Maria Cândida Ferreira de Almeida, Beatriz Carolina Peña Núñez, Emmelie Prophète, Fernanda García Curten, Patricia Miriam Borensztein, Yoli Fidanza, Carla Dulfano, Maria Esther Maciel, Jorgelina Cerritos, Cheddy Mendizábal Álvarez, Opal Palmer Adisa, Jennifer Rahim, Nélide Piñon, María Isabel Brunacci, Adriana Rodríguez Pérsico, Virginia G. Gallardo, Patricia Suárez, Mariana Ianelli, Cecilia López Badano, Elsa Noya, Ana Pizarro, Ximena Carrera, Mariela Finkelstein, Josefina Porcelli Piusi, Elena Beatriz Corujo Morales, Gisèle Pineau, Heloisa Pontes, Cristina Beltrán, Zuleica Romay, Inés María Martiatu-Terry, Viviana Bravo Vargas, Lucía Guerra, Luz María Lepe Lira, Margarita García Robayo, María Antonia Borroto Trujillo, Marina Porcelli, Mariana Libertad Suárez, Alejandra Castillo, Guisela López, Adelaida Fernández Ochoa, Débora Mundani, María Malusardi, Beatriz Bracher, Mildre Hernández, Maricel Palomeque, Tamara Kamenszain, Claudia Zapata Silva, Legna Rodríguez Iglesias, Laura Liz Gil Echenique, Mailyn Machado, Liliana Villanueva e Maria Valéria Rezende.

Notamos que a lista das escritoras vencedoras do prêmio Casa de las Américas abarca a maioria dos países latino-americanos, inclusive o Brasil. Portanto, trata-se de um indicador que assinala a representatividade, a diversidade e a qualidade da escritura feminina em nosso subcontinente. Observamos que nos primeiros 40 anos desta seleção foram contempladas 50 autoras enquanto que nas quase duas primeiras décadas do século XXI este número passou para 75, sinalizando um expressivo aumento. Assim, é visível a ampliação da produção da literatura produzida por mulheres na América Latina em diferentes áreas, bem como de seu reconhecimento.

Outro concurso que não podemos deixar de mencionar é o Prêmio Sor Juana Inés de la Cruz, o qual vigora desde 1993 e seleciona uma romancista hispânica. As premiadas deste certame foram: Angelina Muñoz-Huberman, Marcela Serrano, Tatiana Lobo, Elena Garro, Alicia Yáñez Cossío, Laura Restrepo, Silvia Molina, Sylvia Iparraguirre, Cristina Rivera Garza, Ana Gloria Moya, Margo Glantz, Cristina Sánchez-Andrade, Paloma Villegas, Claudia Amengual, Tununa Mercado, Gioconda Belli, Cristina Rivera Garza, Claudia Piñeiro, Almudena Grandes, Lina Meruane, Ana García Bergua, Inés Fernández Moreno, Perla Suez, Marina Perezagua, Nona Fernández e Clara Usón. Consideramos esta premiação relevante devido tanto a sua iniciativa de valorizar a escritura feminina dedicando-lhe um prêmio específico quanto pelo fato de homenagear uma autora fundamental para a história das letras latino-americanas: Soror Juana.

Verificamos que nas premiações apresentadas há poucos nomes que coincidem, evidenciando a qualidade e a vitalidade das obras escritas por mulheres na América Latina, a qual está passando por um gradativo processo de valorização no meio literário, como vimos através do resultado dos mencionados concursos. Nesse sentido, é possível afirmar que, paulatinamente, a literatura de autoria feminina latino-americana está sendo

incorporada ao cânone e que os referidos prêmios cumprem um relevante papel neste processo. À título de ilustração, nos interessa registrar que o galardão recebido por Mistral em 1945 provocou o interesse de muitos leitores e pesquisadores pela literatura produzida em nosso continente, muitos dos quais desconheciam esta vasta produção antes desta premiação.

Embora um número expressivo de autoras latino-americanas tenha sido reconhecido por seus pares, notamos que seus escritos raramente aparecem na maioria dos manuais de historiografia literária ou em livros didáticos, bem como em acervos escolares, ou seja, ainda são ilustres desconhecidas do grande público. Logo, é necessário inseri-las nestes contextos e o primeiro passo deve ser a conquista de novos leitores. Para isso, julgamos fundamental não só continuar o trabalho de resgate de autoras que foram marginalizadas pela história da literatura realizado por vários pesquisadores, mas também promover a leitura de suas obras nas salas de aula. A seguir, apontamos alguns problemas que afetam o ensino de literatura atualmente, os quais estão interligados com esta proposta de inclusão.

Considerações sobre o ensino de literatura na contemporaneidade

Vivemos em uma sociedade marcada pelo individualismo e pelo avanço tecnológico, fatores que desencadearam muitas discussões sobre o possível fim da literatura na contemporaneidade. Notamos que, atualmente, o professor de literatura precisa até defender a legitimidade de sua profissão em diversas situações. Entre outras alegações possíveis, ressaltamos a premissa de que a principal função da literatura é a humanização, conforme postula Antonio Candido no artigo “A literatura e a formação do homem” (1972), no qual também confere à literatura funções cognitivas, psicológicas e formativas. Posteriormente, em “O direito à literatura” (2014), o estudioso enfatiza que a fruição da literatura é um direito inalienável e uma necessidade universal. Também nos alerta que negá-la pode mutilar nossa humanidade. Nessa perspectiva, os principais desafios do professor de literatura serão a promoção da humanização e do direito à leitura literária.

Constatamos que desde o final do milênio vários estudiosos têm se dedicado a examinar a presença da literatura na sociedade contemporânea. Por exemplo, Saul Bellow (1994) alertou que estamos em uma época de distração, na qual a literatura está perdendo espaço para os meios de comunicação. Já Mario Vargas Llosa (2004) afirmou que a literatura corre o risco de tornar-se um passatempo de luxo, pois tende a se encolher ou desaparecer do currículo escolar como ensinamento prescindível. Acrescenta que um dos motivos para esse cenário é o fato de vivermos em uma era de especialização do conhecimento porque isso elimina os denominadores comuns da cultura. Por sua vez, Mempo Giardinelli (2010) denuncia o desaparecimento da capacidade de reflexão das novas gerações devido, principalmente, ao predomínio da tecnologia e da televisão em detrimento da leitura.

Em contrapartida, no livro *Mutações da literatura no século XXI*, Leyla Perrone-Moisés (2016, p.7) desconstrói as afirmações apocalípticas que têm gravitado em torno da arte literária nas últimas décadas. Entre outros questionamentos ela refuta os argumentos de que “[...] a literatura está em perigo, não há mais leitores de literatura, a literatura já morreu.” (PERRONE-MOISÉS, 2016, p.7). Contudo, alega que na sociedade contemporânea a literatura perdeu o seu poder comunicativo e o seu prestígio

social. Informa que isto também ocorreu com a crítica literária, pois hoje várias atividades artísticas e culturais disputam o interesse do público.

Para a estudiosa “[...] a crítica e o ensino de literatura estão atrasados com relação ao que, na mesma época se chama literatura.” (PERRONE-MOISÉS, 2016, p.11). Em sua opinião, estamos no momento dos estudos culturais, mas nos citados âmbitos ainda prevalece o resquício de valores antigos sobre a concepção de texto literário. De acordo com a pesquisadora, “Enquanto a situação do ensino da literatura continuou se degradando, a prática da literatura não só tem resistido ao contexto cultural adverso mas tem dado provas de grande vitalidade, em termos de quantidade, de variedade e de qualidade.” (PERRONE-MOISÉS, 2016, p.7). Desse modo, avalia que a flama atual da literatura não está encontrando eco nas salas de aula. Para resolver esta problemática, é necessário procurar alternativas para que a leitura literária continue vigente nas escolas de nosso país e que os estudos culturais possam conquistar o seu devido lugar nesses espaços.

No livro *Invasão da catedral: literatura e ensino em debate* (1983), Lígia Chiappini Leite defende que o ensino de literatura deve ser analisado em seus aspectos teórico, pedagógico e político. Entre outras questões, a autora assinala que o espaço escolar é um campo de batalha e que o professor de literatura tem duas opções: reproduzir as relações impessoais e autoritárias da sociedade e da escola ou buscar alternativas para uma educação que contribua para a libertação dos educandos. Se optar pelo segundo caminho “[...] nossos métodos serão o diálogo, a dúvida, a busca, a troca, deixando as contradições aflorarem para que, encarando-as de frente e trabalhando com elas, os nossos alunos possam também ir fazendo as suas opções.” (LEITE, 1983, p.113). A crítica define esta metodologia como “pedagogia da invenção” e explica que “[...] a única receita é a invenção e a luta contra o medo paralisador. Invenção que, no limite, é reinvenção de nós mesmos a cada momento e, por isso, sempre prazerosa, mesmo quando dói.” (LEITE, 1983, p.113-114). Entendemos que essa busca é extremamente necessária nos dias atuais, visto que muitos problemas do ensino de literatura elencados pela pesquisadora há mais de três décadas ainda desafiam os educadores que estão comprometidos com a proposta de educação democrática.

Considerando a dimensão teórica do ensino de literatura, notamos que houve um crescimento significativo de pesquisas sobre este tema. Aliás, o mesmo ocorreu no âmbito da metodologia. Porém, observamos que estes avanços teóricos e metodológicos estão intimamente presentes nas instituições de ensino. Nossa hipótese é que a prática de uma educação libertadora ainda esbarra em questões de ordem política. É visível que nos últimos anos as políticas educacionais têm sido impostas de forma autoritária no Brasil. O exemplo mais recente foi a publicação da versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio em dezembro de 2018, a qual ignorou importantes discussões realizadas pela sociedade em conjunto com a comunidade escolar. Cabe registrar que neste documento o papel da literatura foi significativamente reduzido, sendo incluída no campo da linguagem de forma genérica, diferentemente do que ocorreu com as *Orientações Curriculares para o Ensino Médio* (OCM), publicadas em 2006. Aliás, a BNCC eliminou a língua espanhola do currículo, mas alguns estados e municípios optaram por sua manutenção, incluindo-a na parte diversificada, geralmente, provocados pelas associações de professores de espanhol.

Outra preocupação recente diz respeito as avaliações governamentais sobre a aprendizagem de textos literários. No artigo “Ensino da literatura - uma disciplina em extinção?”, Regina Zilberman (2016) alerta que o impacto de provas como o ENEM e o

ENADE é capaz de repercutir sobre a continuidade do ensino da literatura. Explica que “[...] as provas incidem em uma concepção de literatura e de docência dessa disciplina que caminha na direção de sua extinção.” (ZILBERMAN, 2016, p.120). Portanto, trata-se de um assunto que deve mobilizar os professores da área, visto que estas concepções redutoras podem obstaculizar significativamente a propagação de teorias e de abordagens adequadas de textos literários nas instituições de ensino brasileiras. A seguir, apontamos algumas alternativas para a inclusão da literatura de autoria feminina nas aulas de ELE.

Possíveis caminhos

Reiteramos a necessidade de inserir a leitura de obras produzidas por mulheres de nosso subcontinente nas escolas, uma vez que isso possibilita que os alunos tenham contato com temas que muitas vezes estão excluídos dos currículos escolares, enriquecendo-se intelectualmente e culturalmente. Além disso, na apresentação do livro *A literatura latino-americana do século XXI*, Beatriz Resende (2005, p.9) assinala que

Pluralidade, fertilidade e diferentes possibilidades de inovar vêm marcando a produção recente em todos os países da América Latina. De saída, se pode constatar que ao falar de América Latina e de latino-americanismo, estamos falando de identidades plurais, múltiplas, flexíveis, contraditórias por vezes.

No caso da literatura de autoria feminina estas características são extremamente relevantes porque as histórias das mulheres foram majoritariamente contadas por homens. Nessa perspectiva, a inclusão destes textos é uma via para a promoção da interculturalidade e da alteridade, dado que os estudantes conhecerão outras vozes e diferentes culturas, as quais possibilitarão reflexões sobre sua própria identidade e sua relação com nossos vizinhos, por exemplo. Também terão a oportunidade de desenvolver a sua competência (inter) pluricultural prevista nas OCEM (2006). Além disso, é capaz de contribuir com a construção da igualdade de gênero e a formação cidadã. Dessa forma, inserindo estas questões, a escola “[...] cumpre com o seu papel no que diz respeito à integração entre educação e práticas sociais, conforme preveem os artigos 2º e 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os quais remetem aos princípios presentes na Constituição Federal de 1988 [...]” (SILVA, 2018, p.108).

Cabe frisar que Sara Beatriz Guardia (2013, p.16) opina que é necessário reescrever a história literária porque há “[...] uma nova maneira feminina de abordar o pensamento crítico, com uma orientação que permita conhecer e compreender esse outro lado da história surgido de outra margem.” Assim, postula ser fundamental “[...] ler os textos escritos pelas mulheres, interpretando seus silêncios, e aquilo que criticam e interrogam da cultura tradicional, como meio de substituir o discurso falocêntrico e apropriar-se de uma identidade que lhe tem sido negada.” (GUARDIA, 2013, p.16). Logo, é necessário inserir esta literatura dentro dos espaços escolares para que a “reescrita” da historiografia da literatura também possa ser uma tarefa dos leitores contemporâneos e não somente da crítica especializada. Nesse sentido, Zolin (2005, p.282) ressalta que

[...] resta ao pesquisador e ao professor de literatura fazer com que essas vozes ‘outras’ sejam ouvidas não apenas entre eles próprios, nos limites das reuniões acadêmicas, dos grupos de trabalho e dos seminários que se debruçam sobre a temática “Mulher e Literatura”, mas também nas salas de aula, numa atitude de renovação e não de perpetuação de ideologias hegemônicas, como a patriarcal.

Portanto, um de nossos desafios atuais é levar os textos literários de autoria feminina para o espaço escolar. Desse modo, estaremos atuando na dimensão política do ensino de literatura, assinalada por Leite (1983). Afinal, constatamos que as mulheres estão ocupando diversos espaços na sociedade contemporânea, mas que a desigualdade entre os sexos ainda é detectável em vários âmbitos da América Latina, incidindo, por exemplo, na diferença de remuneração e da jornada de trabalho. Também é preciso lembrar as altas taxas de violência doméstica e de feminicídio que assolam a maioria dos países latino-americanos. Apesar da resolução destas questões serem cruciais para a construção de um mundo mais justo, raramente elas são discutidas nas salas de aula, um espaço que poderia contribuir para a desconstrução da ideologia patriarcal e sinalizar caminhos para a edificação de uma sociedade mais justa e democrática.

É preciso registrar que alguns estudiosos assinalam que vários movimentos conservadores estão se fortalecendo na contemporaneidade e, inclusive, questionando direitos básicos que as mulheres conquistaram depois de muita luta. No Brasil, por exemplo, essa problemática está presente nas ideias dos apoiadores do movimento da escola sem partido. Entre outras bandeiras, estes grupos defendem o fim da “ideologia de gênero”, como se ela existisse teoricamente, e não fosse uma mera ficção criada por adeptos do patriarcalismo para mascarar os problemas que as mulheres enfrentam atualmente, naturalizando as desigualdades entre os sexos.

Neste contexto, não podemos nos omitir. Por isso, acreditamos que é urgente promover estas discussões de forma adequada tanto na universidade quanto na educação básica porque entendemos que os textos literários produzidos por mulheres podem contribuir para uma melhor compreensão das questões assinaladas e, inclusive, para a sua superação. Nossa hipótese encontra apoio nos vários grupos de leitura de obras de autoria feminina denominados Leia Mulheres, os quais estão presentes em diversas cidades brasileiras. Estes coletivos foram criados em 2014 em São Paulo e hoje já “[...] há núcleos em mais de 100 cidades brasileiras, e também no Porto, em Portugal.” (HENRIQUES; GOMES; LEUENROTH, 2019, p. 8).

Vale a pena ressaltar a rápida multiplicação destes grupos, os quais estão interessados em conhecer os livros escritos por mulheres. Pensamos que o seu expressivo crescimento deve-se, em grande parte, à sua metodologia, a qual é baseada no tripé: leitura individualizada, leitura mediada e discussões coletivas. Geralmente, as reuniões são mensais e têm contribuído para a visibilidade e o reconhecimento das obras literárias escritas por mulheres, bem como para produtivos debates e até manifestações públicas sobre alguns problemas elencados anteriormente.

A partir da citada experiência, nossa primeira sugestão é incluir a leitura de escritoras latino-americanas no ensino de ELE adaptando estes procedimentos metodológicos para o contexto escolar, pois os mesmos estão em consonância com a pedagogia da invenção proposta por Leite (1983). Uma possibilidade é promover leituras e pesquisas de obras de autoras de nosso continente nas aulas de espanhol ou em parceria com outras disciplinas. Outra alternativa é fazer leituras comparadas entre textos de escritoras brasileiras e hispânicas. Além disso, pode-se organizar alguns eventos sobre esta temática para que os alunos apresentem e discutam suas leituras desses escritos.

Considerando que nosso tempo é marcado pela proliferação de imagens que são rapidamente disseminadas, entendemos que outro caminho viável seja a intersecção entre a literatura e o cinema. No entanto, é necessário salientar que “[...] não é a mesma coisa ler um livro ou assistir a um filme (ainda que o roteiro do filme tenha a mesma

assinatura que o livro). Não há entre as duas ações nenhuma equivalência. [...] Eu reduziria a polêmica dizendo que se trata de formas diferentes de leitura.” (ESTEVEVES, 2012, p.196). Partilhamos deste princípio e acreditamos que ambas leituras devem estar presentes nas aulas de espanhol.

Em relação a escolha dos textos, constatamos que a oferta não é um grande problema, pois além dos nomes que apresentamos nos tópicos anteriores há inúmeras opções. Assim, é possível encontrar muitas obras escritas por mulheres latino-americanas destinadas tanto para a educação básica quanto para o ensino superior. Talvez haja dificuldades em obter alguns livros, mas com o apoio da internet este problema pode ser minimizado.

Esclarecemos que a primeira recomendação que apresentamos para a inclusão da literatura de autoria feminina nas aulas de ELE objetiva combater o principal mal de nossa época: o individualismo, uma vez que estaremos promovendo o compartilhamento de leituras, uma etapa fundamental no letramento literário, segundo Cosson (2014), mas este é um tema para outro estudo... Já a segunda pretende converter a tecnologia em um aliado do ensino de literatura, possibilitando um produtivo diálogo com outras artes. É importante destacar que estas sugestões podem ser aplicadas nos diferentes níveis de ensino. Por fim, esperamos que nossas propostas possam instigar os professores de espanhol a construir novos caminhos nesta seara e, conseqüentemente, que a literatura produzida pelas escritoras de nosso continente consiga a merecida visibilidade!

Referências

- BELLOW, S. *O público distraído*. In: Tudo faz sentido. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- CANDIDO, A. A literatura e a formação do homem. São Paulo: *Ciência e Cultura* (9); 803-809, set., 1972.
- CANDIDO, A. O direito à literatura. In: LIMA, A. *O direito à literatura*. Recife: EDUFPE, 2014.
- COSSON, R. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2014.
- ESTEVEVES, A. Formas de ler: a literatura (e a cultura) na formação do professor de Espanhol Língua Estrangeira. In: MILREU, I.; RODRIGUES, M. C. (Orgs.). *Ensino de língua e literatura: políticas, práticas e projetos*. Campina Grande, Bagagem/UFCG, 2012.
- GARROTO, P. El otro ‘boom’ latinoamericano es femenino. Disponível em: <https://elpais.com/cultura/2017/08/13/actualidad/1502641791_807871.html>. Consulta em: 02 fev. 2019.
- GIARDINELLI, M. *Voltar a ler: propostas para construir uma nação de leitores*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.
- GUARDIA, S. B. Literatura e escrita feminina na América Latina. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/21757917.2013v18nesp1p15>>. Consulta em: 01.fev.2019.

GUERRA, L. *Mujer y escritura*. Santiago: Cuarto propio, 2008.

HENRIQUES, M.; GOMES, J.; LEUENROTH, J. (Orgs.) *Leia mulheres: contos*. São Paulo: Sweek; Pólen, 2019.

LEITE, L.C.M. *Invasão da catedral: literatura e ensino em debate*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

MARTÍNEZ, A. G. *La interculturalid. Desafío para la educación*. Madri: Dykinson, 2007.

PERRONE-MOISÉS. L. *Mutações da literatura no século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

RESENDE, B. *A literatura latino-americana do século XXI*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.

SILVA, J. S. Igualdade de gênero nas aulas de língua espanhola: em defesa de uma escola cidadã, democrática e plural. In: WOGINSKI, G. R.; COUTO, L. P. SOUZA, R. F. (Orgs.) *As identidades e as relações étnico-raciais no ensino da língua espanhola*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

VARGAS LLOSA, M. A literatura e a vida. In: VARGAS LLOSA, M. *A verdade das mentiras*. São Paulo: Arx, 2004.

ZILBERMAN, R. Ensino da literatura – uma disciplina em extinção? In: SALES, G. A. et al. *Fronteiras literárias na América Latina*. São Paulo: Pontes, 2016.

Recebido 13 de fevereiro de 2019

Aceito 26 de maio de 2019